

Jornal do Commercio (RJ) – 25/05/2011

Energia carrega tributação alta

A energia brasileira tem potencial para ser uma das mais baratas do mundo, segundo o assessor da diretoria da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Fernando Umbria. O principal entrave para a redução do preço são os encargos e tributos que incidem sobre a energia vendida à indústria. De acordo com o especialista, o preço da energia desonerada seria 45% menor em relação ao atual. "O efeito é perverso para a indústria, que é obrigada a embutir o preço no produto. A indústria de base desonerada beneficiaria toda a cadeia produtiva", afirma Umbria.

Claudio Sales, presidente do **Instituto Acende Brasil**, uma espécie de observatório do setor elétrico, aponta que o preço da energia caiu na última década. Enquanto a inflação acumulada ficou acima de 40%, o preço da energia subiu 32%. **Sales** afirma que poderia ter sido melhor. "Destes 32%, 10% deveu-se ao aumento de encargos e tributos. Se não houvesse o aumento nos encargos, seria um aumento de apenas 22%." O efeito dos tributos é sentido na comparação feita pela Abimaq.

A associação afirma que, em 2009, o preço da energia brasileira para indústria foi o mesmo que o da Alemanha. Enquanto o país europeu conta com matriz energética dependente de termelétricas, a brasileira é essencialmente composta por hidrelétricas, que são mais baratas e menos poluentes.

O custo Brasil também impacta nos projetos de geração, afirma. "No caso dos investimentos do setor elétrico, aproximadamente 35% dos gastos são com impostos, antes mesmo da usina entrar em operação", informa Umbria. Embora considere que câmbio ainda seja o principal fator que contribua para uma desindustrialização no País, ele afirma que o custo da energia é responsável pelo fechamento de algumas fábricas.

"Sei de casos de empresas de alumínio que saíram do Brasil e foram para o Paraguai. Eles importam a nossa matéria prima e usam energia de Itaipu, só que mais barata." Para os especialistas, muitos dos encargos e tributos sobre o setor perderam sentido há décadas.

"O governo precisa fazer um ajuste nos encargos, que são, na verdade, programas sociais", afirma Umbria. Segundo ele, boa parte do que o consumidor paga pela energia vai para subsidiar projetos do governo.

Para ele, este é o caso da Reserva Global de Reversão (RGR), encargo criado pelo governo há 50 anos para o caso do estado ser obrigado a comprar os ativos de uma empresa ao fim da concessão para operação de usinas.

No último dia do governo anterior, foi emitida a Medida Provisória 517, que impõe por mais 25 anos o encargo. Segundo especialistas, como as concessões para operação das usinas são renovadas, os mais de R\$ 15 bilhões acumulados são utilizados para programas sociais do governo, como o Luz para Todos, por exemplo. A MP deverá ser votada no Congresso ainda neste ano, lembra **Sales**. Ele calcula o que veto à proposta pouparia o setor de um gasto de cerca de R\$ 200 milhões anuais.